

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
ESCOLA DE BIBLIOTECONOMIA

LUANA LIMA CARDOSO

**O Boletim da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro como
Documento/Monumento.**

Rio de Janeiro
2017

LUANA LIMA CARDOSO

**O Boletim da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro como
Documento/Monumento.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a
Escola de Biblioteconomia da Universidade
Federal do Estado do Rio de Janeiro, como
requisito parcial à obtenção do grau de
Bacharel em Biblioteconomia.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo da Silva Alentejo

Rio de Janeiro

2017

LUANA LIMA CARDOSO

O Boletim da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro como
Documento/Monumento.

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Escola de Biblioteconomia da Universidade
Federal do Estado do Rio de Janeiro como
requisito parcial à obtenção do grau de
Bacharel em Biblioteconomia

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Eduardo da Silva Alentejo
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Profa. Dra. Bruna Nascimento
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. MS. Alex Gomes Guizalberth
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Pra cima enquanto houver além. Pra lá enquanto
houver trem. Pra sempre enquanto houver quem.

Karen Hofsteller

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por me dar saúde e sanidade para seguir até a conclusão do curso.

Aos meus Pais que sempre priorizaram meus estudos mesmo diante de todas as dificuldades que passamos.

À minha irmã Vânia que sempre me ajudou e é, junto aos meus pais, meu exemplo e inspiração de ser humano. À minha irmã Fernanda que esteve presente neste momento.

Ao meu orientador Prof. Dr. Eduardo Alentejo sem o qual nunca teria conseguido elaborar este trabalho. À Profa. Dra. Bruna Nascimento e ao Prof. MS. Alex Guizalberth que aceitaram o convite para banca.

À Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, especialmente, a Escola de Biblioteconomia, sua direção e corpo docente que tanto contribuíram para minha formação.

Aos Bibliotecários e outros profissionais que tive o prazer de trabalhar, especialmente a Bibliotecária Rejane Bening que muito me ensinou, e a Historiadora Isabel Regina Correa.

A todos os amigos que constei na Universidade em especial Laíze, Pâmela, Vinicius, Juliana, Rubia e Laís que além de dividir o desespero pré-prova também dividiram muitas risadas e alegrias.

RESUMO

Trata sobre o Boletim da PMERJ como documento histórico e fonte de informação e memória. Explica que a memória pode ser avaliada através de diversas perspectivas, assim o documento que se torna agente formador da memória também deve ser analisado em diversos aspectos. Analisa os boletins como documento/monumento pautado nas perspectivas informacional, jurídica, social, cultural e quanto instrumento de poder. Mediante método exploratório, o estudo qualitativo se divide em duas etapas: revisão de literatura acerca do tema e análise de conteúdo do boletim da PMERJ. Como principais resultados obtidos na pesquisa, destaca a identificação da identidade individual como construção do meio o qual determinado sujeito vivencia suas experiências e a influência de caráter ideológico dos grupos que detém o poder de escolha das informações, usando esta como instrumento de poder. Conclui-se pela análise dos boletins que estes são fontes de informação histórica e documentos capazes de se tornarem artefatos da construção da memória tanto coletiva de determinado grupo social como dos indivíduos que a ele o pertencem.

Palavras-Chave: Fonte Informação. Memória e Documento. Análise de Conteúdo. Boletim da PMERJ. Boletim. Ostensivo da PMERJ.

ABSTRACT

This study is about PMERJ newsletters as information source and material memory. Memory is evaluable in different perspectives and the document acts like place of memory, therefore it should be analysed in different contexts too. The Military Police of Rio de Janeiro newsletters are treated as "document/monument" and analyzed as informational, juridical, social and cultural perspectives, just as power instrument. Exploratory research method, divided into two parts of a qualitative study: first, a literature review on the topic, then a PMEREJ's newsletters content analysis. The main results achieved from this work are the individual identity as a decisive key in the structuring of social environments and their experiences, as well as the fact of holders of this power instrument select the informations that influences ideological questions. The conclusion is that the analyzed newsletters are historical informations sources indeed. Those documents are able of developpe into artifacts from the memory construction, via building memory by some social groups or by individuals who belongs to it.

Keywords: Information Source. Memory and Document. Content analysis Newsletters of PMERJ. Ostensive Newsletters of PMERJ.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Notícia sobre atuação violenta da PM	26
Figura 2 – Notícia do Jornal O Globo sobre ação da Polícia	27
Figura 3 – Notícia da Revista Veja sobre a PM	29
Figura 4 – Notícia da Revista Veja com ênfase sobre a atuação da PM	30
Figura 5 – Transcrição do DOERJ no BOLPM	41
Figura 6 – Publicação de aniversário da 2º UPP do Estado	42
Figura 7 – Comemoração do dia mundial do meio ambiente no BOLPM	43

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BOLPM	Boletim da Polícia Militar
OPM	Organização Policial Militar
PMERJ	Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	Justificativas	11
1.2	Metodologia	12
2	MEMÓRIA E DOCUMENTO	15
3	POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	23
3.1	Boletim da PMERJ como fonte de informação e memória	24
3.2	Boletim da PMERJ como documento histórico	30
4	BOLETIM DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E O VALOR INFORMACIONAL E IDENTIDADE	33
5	ANÁLISE DOS BOLETIM OSTENSIVO DA PMERJ	37
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
	REFERÊNCIAS	47

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso (TCC) trata sobre o Boletim da PMERJ no contexto da memória social. As análises deste trabalho partem do pressuposto de que a construção da memória coletiva tem influência na memória individual da classe de policiais militares do Rio de Janeiro.

Tal proposição se alicerça na noção de que sociedade é formada por grupos sociais e sob a perspectiva de Le Goff, o documento produzido pelos grupos sociais se constitui como possibilidade de criação da identidade institucional.

Nesse sentido, objetiva-se analisar como o Boletim Ostensivo da PMERJ produzido pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro reflete à construção de sua memória institucional sob dois aspectos: boletim da PMERJ como fonte de informação e memória e como documento histórico.

Para tanto, a presente pesquisa, de natureza qualitativa, foi elaborada sob o método exploratório e dividida em duas etapas para coleta e análise de dados. A primeira está balizada por uma pesquisa bibliográfica em bases de dados e publicações especializadas em memória e documento e a segunda por análise crítica de conteúdo do boletim da PMERJ.

Para tanto, no corpo deste TCC estão definidos: os objetivos específicos da proposta de pesquisa; a justificativa que irá aprofundar os elementos culturais que influenciaram a escolha do tema e expor a relevância do estudo para o campo da memória social; em seguida, o lastro teórico, que apresentará um breve histórico da PMERJ, assim como os conceitos que abrangem o campo da memória social; a metodologia, que se amparou na pesquisa de artigos na base de dados Web of Science escolhidos por meio de análise dos resultados da recuperação da base de acordo com as palavras-chave; e, por fim, os resultados que se espera alcançar com a pesquisa.

1.1 Justificativas

O interesse pela abordagem em Memória Social para o Boletim da PMERJ se deu a partir da participação da pesquisadora como aluna na disciplina *Informação, Memória e Documento*, ministrada pelas Prof.^a Dr.^a Vera Dodebei, Prof.^a Dr.^a Evelyn Orrico e Prof.^a Dr.^a Leila Beatriz, no segundo semestre do ano de 2014, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

No que tange a escolha da publicação periódica da PMERJ, percebe-se que a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro é uma instituição que constantemente está em tela nas discussões na mídia de massa e nas redes sociais acerca dos estereótipos e imagem social de determinados segmentos sociais, principalmente, quando se refere aos segmentos que detêm um acesso mais seletivo das informações. Todavia, ainda há muito que se descobrir a partir da imagem social que a própria instituição constitui dela própria em termos de memória coletiva.

Le Goff (1996) explica que o documento tem valor de memória porque é constituído politicamente com essa intenção para a criação de memórias capazes de representar a imagem da organização que o produz.

Nesse sentido, o contingente de notícias publicadas nos vários periódicos, cotidianamente, impressos e em meio digital, sobretudo, na Rede Web, por vezes criam ou recriam a imagem da referida instituição no contexto da Sociedade capaz de influenciar os vários grupos sociais e que nem sempre reflete o mesmo discurso produzido pela PMERJ.

Nessa possibilidade, o discurso pode ser compreendido como uma manifestação da memória institucional e por isso capaz de criar e recriar memórias bem como formatar identidades no contexto social (RIBEIRO; ORRICO; DODEBEI, 2014).

A partir da análise de Briquet de Lemos (1993) sobre análise crítica de publicações seriadas institucionais, percebe-se o valor de memória que a publicação institucional exerce no seio da sociedade e que no caso do Boletim da PMERJ, isso se traduz, por exemplo, no enfrentamento institucional à imagem criada e cotidianamente recriada pela mídia de consumo de massa sobre a instituição.

Além do enfrentamento, outros aspectos da memória institucional permitem análise crítica de como o referido periódico manifesta a construção da memória da organização de modo a dar forma à memória coletiva dos vários grupos humanos que atuam dentro da instituição. Outro aspecto desse processo de construção da memória é o valor informativo, isto é, de registro das ações e manifestações da instituição.

1.2 Metodologia

A presente pesquisa é de natureza qualitativa a partir do método exploratório e dividida em duas etapas tanto para a coleta de dados quanto para a análise dos resultados. A primeira parte foi elaborada mediante pesquisa bibliográfica, utilizando-se de bases de dados e publicações especializadas em memória social e documento. Na segunda parte foi feita a

análise de conteúdo em um dos seis Boletins da PMERJ, intitulado ‘Boletim Ostensivo’, objeto de estudo deste TCC.

O material utilizado para a pesquisa foi constituído das bases de dados SciELO e Web of Science bem como em revistas científicas na área, tais como: Caderno de Saúde Pública e Epidemiologia Serviço e Saúde, bem como os Anais do XV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação.

A primeira busca foi realizada em bases de dados e em catálogos online de revistas científicas da área de Biblioteconomia e Memória Social. Os termos utilizados para a pesquisa bibliográfica foram “Newsletters AND Information sources AND Government Reports” (Boletins E fonte de informações E relatórios governamentais). Nesta primeira, por ter descritores com “significados” bem abrangentes optou-se por usar apenas o operador booleano “AND”, o qual busca os três descritores em um documento.

Nesta busca foram recuperados apenas dois artigos. Os artigos recuperados não satisfaziam à pesquisa, logo foi realizada uma nova pesquisa. A segunda busca foi composta pelos descritores “Document/Monument AND Social Memory” (Documento/Monumento E Memória Social). Nesta pesquisa também foram utilizados somente o operador booleano “AND”, pois restringiria a pesquisa, e porque Documento/Monumento por ser amplo, geralmente nas buscas associado à área de Museologia, conjugado com memória social traria um maior recorde. Para essa busca recuperou-se seis itens, mais adequados à pesquisa proposta.

A terceira pesquisa foi realizada com os descritores “Memory AND Social Memory AND Construction identities” (Memória E Memória Social E Construção de Identidades). Esta pesquisa obteve o maior número de artigos recuperados, talvez por todos os campos serem relacionados diretamente a memória, e não ter incluído a fonte de informação “Boletins”.

A última busca realizada foi composta pelos descritores “Social Memory AND Construction of Identities AND Rio de Janeiro” (Memória Social E Construção de Identidades E Rio de Janeiro). Esta última pesquisa obteve apenas um resultado, porém o mais satisfatório, o qual se adequa a pesquisa realizada.

Em todas as pesquisas foram utilizados filtros de refinamento por língua, língua Inglesa, por campo de estudo: Library Science e History; e por delimitação temporal, últimos 10 anos, exceto na última pesquisa o qual o lapso temporal deixou-se em aberto.

Outros termos similares foram considerados para a pesquisa, como “fontes de informações especializadas”, “Government Publications” e “Bulletins”, porém não se recuperou nenhum documento.

Da terceira busca com os descritores ‘Memória E Memória Social E Construção de Identidades’, sete artigos foram selecionados, porém somente dois eram de livre acesso. O artigo da última pesquisa também foi selecionado por se relacionar diretamente com o tema, e por ser de livre acesso.

Os artigos de acesso livre na base de dados SciELO, os quais foram possíveis salvar. Os outros artigos recuperados ou fugiam do cerne específico do tema, aqui proposto de análise do trabalho, ou não tinham acesso livre.

Tabela 1: Descritores, Operadores booleanos e resultados.

Descritores	Operadores	Descritores	Operadores	Descritores	Resultado
Newsletters	AND	Information Sources	AND	Government Reports	2
Document Monument	AND	Social Memory	---	---	6
Memory	AND	Social memory	AND	Construction Identities	205
Social Memory	AND	Construction of Identities	AND	Rio de Janeiro	1

Fonte: a autora.

Para a análise de conteúdo do Boletim Ostensivo, boletim da PMERJ, adotou-se o trabalho de Villegas e González (2011) e o de revisão de literatura de Moraes (1999), compreendido como método qualitativo que pode ser aplicado ao texto, à mensagem e ao documento, sendo de interesse nesse estudo a transformação do texto em unidades de análise do documento, no caso o boletim da PMERJ do número 101 e 102 de junho de 2017.

De acordo com Moraes (1999, p. 7), a análise de conteúdo tem sua origem no final do século XIX. “Suas características e diferentes abordagens, entretanto, foram desenvolvidas, especialmente, ao longo dos últimos cinquenta anos”, especialmente com o crescimento das abordagens científicas qualitativas. Considerando que um documento pode apresentar muitos significados, emprega-se no TCC, a análise sobre o sentido que a instituição pretende expressar visando coincidir com o sentido percebido pelo leitor do documento.

2 MEMÓRIA E DOCUMENTO

Essa seção introduz os resultados encontrados na revisão de literatura, tratando sobre a noção de memória e documento pela qual guia a presente pesquisa. Numa perspectiva biológica, o assunto memória pode ser tratado sobre vários aspectos. Por exemplo, consoante Lodolini (1990 *apud* JARDIM, 1995, p. 4):

desde a mais alta Antiguidade, o homem demonstrou a necessidade de conservar sua própria ‘memória’ inicialmente sob a forma oral, depois sob a forma de graffiti e desenhos e, enfim, graças a um sistema codificado A memória assim registrada e conservada constituiu e constitui ainda a base de toda atividade humana: a existência de um grupo social seria impossível sem o registro da memória, ou seja, sem os arquivos. A vida mesma não existiria - ao menos sob a forma que nós conhecemos - sem o ADN, ou seja, a memória genética registrada em todos os primeiros ‘arquivos’.

Com muita frequência, à temática da memória, expressa interesses e paixões de objeto de campo interdisciplinar. Diversos termos tendem a ser associada à memória como resgate, preservação, conservação, registro, seleção etc. Em conformidade com Netto (2007), a memória é o encadeamento de elementos que remetem a um passado, real ou fantástico, e que são dados na esfera da consciência individual ou, principalmente, coletiva, que é referendada no reconhecimento dos patrimônios culturais.

Já de acordo com Le Goff (1996), a memória como finalidade de conservar informações abarca vários campos do conhecimento como a psicologia, a psicofisiologia, a neurofisiologia, a biologia e a psiquiatria. Essas áreas do conhecimento estudam como o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou o que ele entende ser informações passadas.

Com os avanços na cibernética e na biologia outras ideias de memória foram aprimoradas. Na biologia tem-se a ideia da memória biológica hereditária, o qual cada indivíduo tem em seu código genético um patrimônio genético e o transmite a seus descendentes. Já a cibernética traz a ideia de memória central dos computadores, uma memória artificial, e eletrônica em sua forma.

A memória como fenômeno, dentre seus aspectos biológicos e psicológicos não são mais do que resultados de sistemas dinâmicos de organização e existem “na medida em que a organização os mantém ou os reconstitui” (Le Goff, 1996).

Pierre Janet (1975 *apud* LE GOFF, 1996, p. 461): “considera que o ato mnemônico fundamental é o “comportamento narrativo” que se caracteriza antes de qualquer coisa pela sua *função social*, pois que é comunicação”. E esta comunicação, segundo Flores (1972, p. 12 *apud* LE GOFF, 1996, p. 461), destina-se a outrem contendo alguma informação, na ausência do acontecimento ou do objeto que constitui o seu motivo.

Nesse sentido, Le Goff (1996, p. 367) explica que nessas circunstâncias, há a intervenção da linguagem, sendo:

ela própria produto da sociedade” (ibid). Deste modo, Henri Atlan, estudando os sistemas auto-organizadores, aproxima “linguagens e memórias”; “A utilização de uma linguagem falada, depois escrita, é de fato uma extensão fundamental das possibilidades de armazenamento da nossa memória que, graças a isso, pode sair dos limites físicos do nosso corpo para estar interposta quer nos outros quer nas bibliotecas. Isto significa que, antes de ser falada ou escrita, existe uma certa linguagem sob a forma de armazenamento de informações na nossa memória.

No campo da psicologia a memória é estudada por meio dos grupos sociais no poder os quais influem, consciente ou inconscientemente, sobre a constituição da memória individual direcionando seus desejos e interesses. Essas classes que dominam/dominaram a história com o poder da informação tornam-se senhores da memória, pois regulam o que deve cair no esquecimento e o que será transmitido as próximas gerações, assim criando um mecanismo de manipulação da memória coletiva.

Para Le Goff no estudo da memória histórica é necessário dar importância às diferenças entre as sociedades de memória essencialmente oral e as sociedades de memória escrita. A história da memória pode ser dividida em cinco períodos: “o da transmissão oral, o da transmissão escrita com tábuas ou índices, o das fichas simples, o da mecanografia, e o da seriação eletrônica” (LEROI-GOURHAN, 1974 *apud* LE GOFF, 1996, p. 368).

Nas sociedades de memória essencialmente oral parece haver uma tríade de interesses, que dividiam as sociedades, estes são: os mitos de seu surgimento; o prestígio das famílias que dominavam determinadas áreas e o saber técnico que advinham de práticas relacionadas à religião.

Segundo Le Goff (1996) nas sociedades que não se utilizam da escrita a memória tem forma mais livre, pois advém de fatos de seu cotidiano, assim abrindo possibilidade para a criatividade. Assim a análise da memória histórica dos povos sem escrita pode ser feita de forma objetiva ou subjetiva. A forma objetiva se baseia na série de fatos que os historiadores

podem comprovar por meio de documentos, e a forma subjetiva que avalia os fatos de determinada sociedade por intermédio de suas tradições.

Por ter a possibilidade de criatividade, a memorização não se dá de forma integral, não há memorização palavra por palavra da história. Desse modo pode haver variações da mesma história, isso porque não há uma aprendizagem mecânica automática. Nessas sociedades há especialistas em memórias, guardiões da memória, com função depositários da memória tanto objetiva como subjetiva.

O aparecimento da escrita permite à memória coletiva o desenvolvimento de duas formas de memórias, escrita e oral. O documento escrito num suporte especialmente destinado à escrita deu-se após diversas tentativas como, por exemplo, escrita sobre osso, estofa, pele, como na Rússia antiga; em folhas de palmeira, como na Índia; ou em carapaça de tartarugas, como na China; e finalmente papiro, pergaminho e papel.

Com a evolução das sociedades na segunda metade do século XX, principalmente, com a memória eletrônica, amplia-se o conceito de memória por meio da memória eletrônica sobre outros tipos de memória. Ainda no século XX, a memória expandiu-se pelos campos da Filosofia, Sociologia e da Literatura, de forma a alcançar o campo das ciências sociais sofrendo transformações, instalando-se e inserindo-se nesse campo com um papel de interdisciplinaridade.

Segundo Gondar (2005) o conceito de memória é transdisciplinar, pois não pertence a nenhum campo específico do conhecimento, ou a um lote específico e delimitado. A memória social seria mais que um assunto multidisciplinar, o qual é objeto de estudo de várias matérias que tratam do mesmo assunto sem dialogar entre si, e mais que interdisciplinar, ou seja, várias disciplinas que dialogam, mas cada uma com espaço delimitado.

A memória social, como objeto de pesquisa passível de ser conceituado, não pertence a nenhuma disciplina tradicionalmente existente, e nenhuma delas goza do privilégio de produzir o seu conceito. Esse conceito se encontra em construção a partir de novos problemas que resultam do atravessamento de disciplinas diversas.

Segundo a autora, é justamente com o surgimento das ciências humanas e sociais que a memória torna-se uma construção humana, e assim uma construção no tempo. A memória é uma construção processual, pois, em conformidade com Gondar (2005), “não nos conduz a reconstituir o passado, mas sim a reconstruí-lo com base nas questões que nós fazemos que fazemos a ele, questões que dizem mais de nós mesmos, de nossa perspectiva presente, que do frescor dos acontecimentos passados”.

Diante da ideia da memória como um processo e do homem como objeto de investigação na formação de memória, Gondar rejeita a ideia de que a memória se configura apenas no plano da representação. De fato a memória também apresenta-se como uma forma de representação, porém essa seria apenas uma de suas facetas, ela pode representar sim um determinado acontecimento, ou arquivos representativos de determinado povo, porém seu conceito deve ser entendido de forma ampla e caracterizado como, além da forma representativa, como uma parte da esfera social em constante mudança.

Assim como não se pode reduzir a passagem do tempo real, em suas ínfimas variações, à marcação dos ponteiros de um relógio, não se pode reduzir a permanente agitação das forças sociais ao encontro homogêneo de uma representação. (...) Se reduzirmos a memória a um campo de representações, desprezamos as condições processuais de sua produção (Gondar, 2005).

o conceito de memória social não pode ser formulado em moldes clássicos, sob uma forma simples, imóvel, unívoca. Pensamos, ao contrário, que se trata de um conceito complexo, inacabado, em permanente processo de construção (Gondar, 2005).

Le Goff (1996) observa que a memória é essencial na busca pela construção da identidade do indivíduo, e na sua construção como ser coletivo. São nas sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou nas que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória.

Assim, é possível compreender a memória como um instrumento de poder, uma vez que é formada, preservada e transmitida por grupos que dominam determinada sociedade. Desse modo, pode-se afirmar que a constituição da memória coletiva está estreitamente associada às classes dominantes. Essas classes além de determinar o que será transmitido também determinam as informações ausentes na história, mesmo nas sociedades ditas desenvolvidas.

Nas sociedades desenvolvidas, os novos arquivos sejam arquivos orais ou audiovisuais, não escaparam à vigilância dos governantes/instituições que os produzem, estes puderam e podem controlar a memória com eficácia por meio de novos utensílios de produção desta memória, como, por exemplo, o rádio, a internet ou ainda a televisão.

Para Gondar (2005) o conceito de memória social é político, é ético. Essa afirmação está pautada justamente no argumento de que a história é feita pela escolha de uma classe ou grupo que possui uma intencionalidade direta ou indireta de exaltar determinados fatos e

relativizar outros. Determinando, dessa forma, a narrativa que servirá para a criação da memória.

O conceito de memória produzido no presente é uma maneira de pensar o passado em função do futuro que se almeja. Seja qual for a escolha teórica em que nos situemos, estaremos comprometidos ética e politicamente (GONDAR, 2005).

Para Le Goff (1996), a memória coletiva e a sua forma científica, a história, aplicam-se a dois tipos de materiais: os documentos e os monumentos. Em sua análise como documento/monumento cabe salientar algumas definições.

Para o autor o documento é o que fica. Já o monumento é tudo aquilo que se pode evocar o passado e está ligado ao poder de perpetuação, é fruto de um esforço voluntário ou involuntária da sociedade de impor a sociedades futuras uma imagem de si própria. O monumento é a roupagem, é uma montagem. O autor tenta romper com a noção de que documento é somente aquilo que é escrito, assim pensa também nas formas em que a sociedade se comunica através dos silêncios, das relações de poder, nos lugares sociais ocupados pelos autores sociais etc.

No que tange ao documento, Merlo e Konrad (2015) demarcam que a evolução do suporte do documento se deu da seguinte forma “pedra, tabletes de argila, tabuinhas de madeira, papiro, pergaminho, até o papel e documentos digitais”. Entretanto, como afirmam as autoras, essa evolução do suporte do documento não tornou os suportes anteriores obsoletos, isto é, apesar do desenvolvimento, não perderam seu valor informacional, permanecendo, também, como fonte de informação.

Para Le Goff (1996), a história quantitativa modificou o status do documento que tinha como objetivo apenas a busca pela autenticidade, passa a ser analisado não por si mesmo, mas por uma relação de documentos que o antecede e os que irão preceder. Além, claro, das inovações tecnológicas, como o computador, por exemplo, que comportou uma nova periodização na memória através da estatística e das relações quantitativas entre documentos. O que se pode verificar com o aumento considerável de publicações periódicas desde a tipografia de Gutenberg (BURQUE, 2002, p. 174).

Dentre os vários sentidos atribuídos ao Documento pelas áreas de Ciência da Informação, Biblioteconomia, Arquivística e História, o documento é configurado, por essas áreas, como sendo tanto uma informação registrada, quanto um monumento, uma construção social. Consoante Ferrarezi (2007) os documentos materializam um ou mais discursos,

carregando em suas linhas toda uma rede de memória que suscita muito mais do que uma leitura literal do texto. A maioria das concepções atribuídas ao documento não consideram tais elementos discursivos.

O documento, que era visto como sinônimo de texto impresso, tem seu conceito expandido, atualmente, podendo abranger uma infinidade de suportes como, por exemplo, eletrônico, audiovisual, tridimensional etc., o que é observado nas definições de documento presente na literatura científica de diversas áreas e nas definições apresentadas a seguir:

documento é um suporte com uma informação, que poderá ensinar algo a alguém. De forma simples, podemos dizer que o ‘documento é uma informação, de qualquer tipo, sobre um suporte de qualquer tipo’ ou, se colocarmos a definição ao contrário, ‘documento é um suporte modificado por uma informação (BELLOTTO, 2002, *apud* FERRAREZI, 2007).

Registro de uma informação independentemente da natureza do suporte que a contém. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 1986).

Documento de toda a expressão em linguagem natural ou convencional ou qualquer outra expressão gráfica, sonora ou imagem, fixada em qualquer tipo de suporte material, inclusive o suporte diplomático (BELLOTTO, 2002, *apud* FERRAREZI, 2007).

Há que tomar a palavra ‘documento’ no sentido mais amplo, documento escrito, ilustrado, transmitido pelo som, a imagem, ou de qualquer outra maneira (LE GOFF, 1996).

Antes do advento da escrita o homem já registrava sua rotina/história de outra forma, como em desenhos e símbolos, e em outros suportes, e estes foram evoluindo com o tempo até a forma escrita. Porém, segundo Le Goff (1996), somente a partir do século XX com a escola positivista o documento torna-se elemento indispensável histórica. O documento passa a ter valor probatório, imparcial, e de verdade absoluta; e assim passou a considera-se que não haveria história sem o documento.

Indolfo (2007 *apud* MERLO; KONRAD, 2015, p.29) destaca a importância dos documentos que corrobora com Le Goff como elemento fundamental como registro de memória:

O documento ou, ainda, a informação registrada, sempre foi o instrumento de base do registro das ações de todas as administrações, ao longo de sua produção e utilização, pelas mais diversas sociedades e civilizações, épocas e regimes. Entretanto, basta reconhecer que os documentos serviram e

servem tanto para a comprovação dos direitos e para o exercício do poder, como para o registro da memória.

Já o monumento, conforme Le Goff (1996) tende a especializar-se em dois sentidos: 1) uma obra comemorativa de arquitetura ou de escultura como, por exemplo, o arco de triunfo, coluna, troféu, pórtico etc.; 2) um monumento funerário destinado a perpetuar a recordação de uma pessoa no domínio em que a memória é particularmente valorizada: a morte. O monumento tem como característica ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o de reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos.

No final do século XIX os conceitos de documento e monumento se transformam para os historiadores, o termo monumentos será, correntemente, usado para definir as grandes coleções de documentos; e os documentos monumentos escritos.

A transformação de documentos em monumentos tem estreita relação com a utilização do poder, não existe documento sem objetivo, inócuo ou primário; os documentos são/foram produzidos pelas sociedades dominantes que tinham/tem interesse que assim sejam.

Ainda para Le Goff (1996), o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, e sim um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Então somente a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo, isto é, com pleno conhecimento de causa.

O documento como manifestação de memória é o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da sociedade que o produziu e das épocas sucessivas que continuou a viver, mesmo que tenha sido esquecido e assim sendo manipulado pelo silêncio. O documento é o monumento que resulta do esforço das sociedades imporem seu futuro, voluntária ou involuntariamente, determinando sua imagem.

Para analisar determinada fonte de informação como documento/monumento faz-se necessário um juízo de valor, ou seja, escolhendo uma fonte em detrimento de outra, e este julgamento depende se sua própria construção social, de sua época e organização mental.

Para Le Goff (1996), julgar este valor há que se considerar em seus vários aspectos, não apenas com o auxílio crítico da história. Para o autor, esse juízo de valor pode ser estudado em diversas perspectivas, sendo perspectiva social, econômica, cultural, religiosa, jurídica e sobre tudo quanto instrumento de poder.

Esse cenário da literatura consultada acerca de memória e Documento deve permitir a análise da memória institucional da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro através do seu boletim.

3 POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Em três de maio de 1809 foi criada a Divisão Militar da Guarda Real da Polícia da Corte (DMGRPC), esta se configurou como a primeira polícia militar do Brasil. Em 1835, devido à criação do Município Neutro da Corte, hoje atual município do Estado do Rio de Janeiro, foi criada a guarda policial da província, e esta segundo FREITAS (2013) se tornou a “raiz” da Polícia Militar atual.

Ao passar dos anos a polícia militar atuou em diversas frentes, como após a Proclamação da República em revoltas como a Armada e a da Vacina, e nos anos 1920 no enfrentamento dos 18 do forte. Ainda segundo FREITAS (2013):

Importa destacar que a polícia militar torna a ter destaque, principalmente com a implementação da Ditadura do Estado Novo (1937-1945), imposta por Getúlio Vargas. Isto se deu devido ao seu importante papel naquele momento ao cercar o Senado e a Câmara dos Deputados por piquetes do Regimento de Cavalaria da Polícia Militar. Destaca-se que o Governo Kubitschek (1956-1961) se assentou pelo “tripé da Segurança Pública” formado pelo Ministro do Exército Brasileiro, Comandante da 1ª Região Militar e Comandante Geral da Polícia Militar do Rio de Janeiro.

Com a mudança da Capital do País para Brasília, a denominada Polícia Militar do Distrito Federal, passa a chamar-se Polícia Militar do Estado da Guanabara. Cabe salientar que até 1920 quando seu nome oficial torna-se Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), segundo o órgão, esta apresentou 12 nomes diferentes. Durante a Ditadura Militar, a polícia militar (PM) tornou-se o braço armado do Governo Militar para conter a oposição e reprimir manifestações e atos contra o governo, e também assumiu o policiamento ostensivo.

A Constituição 1988 traz em seu art. 144, § 5º, que, “às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública”, assim evidencia para FREITAS (2013) que “a polícia militar exerce a função de polícia administrativa, sendo responsável pelo policiamento, ostensivo e preventivo, e pela manutenção da ordem pública nos diversos Estados da Federação.”.

A partir da década de 1990 ocorrem às tentativas da implantação das chamadas “Polícias Comunitárias”, consoante a esta ideia uma década após, em 2008, mais especificamente, ocorre à implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP).

Vale salientar que PMERJ hoje tem em seu organograma os: Comandos Intermediários, que visam descentralizar as ações do Comando-Geral; as Coordenadorias,

com ênfase para a Coordenadoria de Polícia Pacificadora (CPP), a Coordenadoria de Comunicação Social (CCOMSOC) e a Coordenadoria do Programa Estadual de Integração na Segurança (CPROEIS); as Corregedorias, dentre elas o Centro de Criminalística da PM (CCRIM) e a Unidade Prisional da Polícia Militar (UP); e as Diretorias, como a Diretoria Geral de Pessoal (DGP), a Diretoria de Ensino e Instrução (DGEI) e a Diretoria Geral de Saúde (DGS).

3.1 O Boletim da PMERJ como fonte de informação e memória

Infere-se segundo a doutrina administrativista de Hely Lopes Meirelles (2007) que “serviço público é todo aquele prestado pela administração pública ou por seus delegados para satisfazer as necessidades essenciais ou secundárias da coletividade” assim, como exemplo de serviço público é o serviço de polícia.

A PMERJ, subordinada diretamente ao Governador de Estado por força da Constituição em seu artigo 144, §6º, é um órgão público da administração direta Estadual, e assim sendo está obrigado a cumprir princípios da administração, positivados, principalmente no art.37, caput, da Constituição Federal de 1988 a qual traz “A Administração pública direta e indireta, de qualquer um dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência [...]”.

A Constituição Federal de 1988 também assevera que por força do artigo 5º, inciso XXXIII “todos têm direito a receber informações dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado”. Logo, entende-se que em se tratando do princípio da Publicidade há uma preponderância de interesses, o qual o interesse do Estado sobrepõe-se ao direito do Indivíduo.

Assim sendo, para os órgãos da segurança da sociedade, como por exemplo, a PMERJ, não pode haver publicação irrestrita de seus atos, sendo exceção do princípio da publicidade mantendo o sigilo de parte de seus atos. Além, também, do sigilo a atos relativos à intimidade assegurados pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Acesso a Informação, que regula o acesso à informação previsto no artigo 5º, inciso XXXIII, inciso II do parágrafo 3º do artigo 37 e do paragrafo 2º do artigo 216 da constituição Federal.

Ainda segundo Hely Lopes o princípio da publicidade no âmbito da administração pública tem como finalidade a transparência de seus atos. A PMERJ expõe seus atos através de boletins, os chamados “BOLPM”, o que para este trabalho considera-se uma fonte de informação governamental oficial.

As fontes de informações governamentais podem surgir de instituições acadêmicas e de pesquisa, universidades, bibliotecas, museus, galerias de arte, associações industriais e comerciais, entre outras. Em 1990, no VII Seminário de Publicações Oficiais Brasileiras foi proposto que:

Documentos bibliográficos e não bibliográficos produzidos por qualquer processo, editado sob a responsabilidade, a expensas, por ordem ou com a participação dos órgãos da administração pública, ou de entidades por ela controladas, com o objetivo de registrar a atuação do Estado e de formar ou orientar opinião pública sobre a mesma (ALVARENGA, 1993).

Para Alvarenga (1993), a caracterização de oficial esta intimamente ligada, embora não exclusivamente, com órgãos na estrutura administrativa do poder público do país. Porém não é só o fato de emanar de um órgão do poder público que o documento se torna oficial, pois há muitas publicações produzidas nos órgãos oficiais, com recursos públicos que fogem a área de interesse da instituição, um exemplo disso são os documentos individuais, que embora produzidos e custeados pelo poder público não se diz que tem seu interesse diretamente. Em geral, para os trabalhos do governo não deve haver autoria individual.

No que tange as informações sobre a PMERJ, principalmente as vinculadas na mídia, não se tem total certeza de sua veracidade ou procedência, assim como Magalhães (2011) traz em seu artigo a problemática das memórias recuperadas na *Gazeta do Rio de Janeiro*, o qual “orientada por um senso de individualidade que alimenta hierarquia entre sujeitos e opera com o princípio de exclusão no fundamento de identidades sociais”. O ponto a se perceber aqui é que as grandes mídias também constroem uma memória social, que não podemos afirmar categoricamente sua veracidade. Aqui se apresenta esses dois conceitos: narrar e informar.

Segundo Ribeiro, Orrico e Dodebei (2014, p. 4949) “A marca diferenciadora entre narrar e informar estabelece-se com a capacidade de o narrador carregar consigo uma legitimidade sobre as coisas, tendo em vista que ao saber trazido de longe, mesmo que implausível só ele tinha acesso”.

Mesmo que os fatos gerados pela PMERJ sejam de grande repercussão, e não tenha acesso único, o que se tenta explicar é que com o monopólio das grandes mídias não se carece

de explicações miraculosas dos fatos, assim abre “brecha” para, às vezes, uma cumplicidade imaginativa.

Ainda conforme Ribeiro, Orrico e Dodebei (2014), a repetição reforça uma relação essencial tanto para a conservação, como para as relações humanas, assim a cada notícia positiva ou negativa, redundante constrói um vínculo, assim mesmo que se mude o local do fato sempre associamos o ocorrido a determinados personagens sociais.

Um fato recente de repercussão nacional sobre a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro foi assassinato da estudante Maria Eduarda Alves da Conceição, que aos 13 anos foi alvejada dentro de uma instituição publica na zona norte da cidade de ensino durante a aula de Educação física, durante um confronto entre policiais e traficantes. O assassinato da jovem revoltou moradores que começaram protestos com a interdição da Av. Brasil por mulheres sentadas no chão. Manifestantes incendiaram lixeiras e ônibus, interditaram vias por diversos momentos e montaram barricadas pelos arredores, logo a polícia foi acionada para reprimir a manifestação e se confrontou com os manifestantes.

Figura 1 – Notícia sobre atuação violenta da PM

Sociedade

POLÍCIA ASSASSINA

Polícia Carioca mata estudante negra em tiroteio na Pavuna

Na tarde desta quinta-feira mais um tiroteio acaba em tragédia no Rio de Janeiro. Durante tiroteio entre policiais que faziam operação no complexo da pedreira/Pavuna e traficantes, Maria Eduarda Alves da Conceição, estudante de 13 anos do ensino fundamental da Escola Municipal Daniel Piza, foi atingida por um tiro de fuzil as 17h durante a aula de Ed. Física na escola.

(Fonte: Esquerda Diário.).

A exposição à violência, combinada com essa imagem da polícia, alimenta a sensação de que esta não garante a segurança das pessoas e de que as leis não protegem os cidadãos. Para Zouain (2008) a imagem da polícia imagem no “contexto organizacional pode ser entendida como a percepção dos *stakeholders* (cidadãos, mídia, Estado e a própria organização militar) com relação à ações, valores e atitudes dos membros que compõem a organização Polícia Militar”.

Ainda segundo Zouain (2008), a polícia acabou por se tornar instrumento da opressão social, o que não acontece em outras polícias no mundo. A imagem da polícia vem se desgastando perante a sociedade, que vê a instituição como ferramenta para uma extensão das barbaridades praticadas por bandidos. No artigo de Zouain, estatisticamente as classes mais populares têm maior exposição à violência na cidade do Rio de Janeiro, exposição que chega a ser diária, têm medo da polícia equivalente ao medo dos bandidos.

Em conformidade com Zouain (2008) a eficiência do trabalho da polícia pode estar, em boa parte, na relação de dependência da confiança e da colaboração espontânea da comunidade, quando, por exemplo: 1) as pessoas confiam na polícia, 2) notificam os crimes de que foram vítimas, 3) testemunham na justiça para que criminosos sejam presos e fornecem informações sobre o paradeiro de criminosos procurados. Quando não existe essa relação de confiança, o que impera é a lei do silêncio, a subnotificação de crimes e a liberação de suspeitos por ausência de provas.

Há algum tempo, segundo de Zouain (2008), a Polícia Militar vem demonstrando o desejo de mudar a imagem de uma polícia repressora e alheia aos interesses das comunidades, no entanto, sua imagem vem sendo construída por meio de fatos, como as ações repressora, consciente ou inconsciente dos policiais, ou a própria dinâmica do espaço geográfico e das relações sociais em que se situam.

Figura 2 - Notícia do Jornal O Globo sobre ação da Polícia

RIO

Vídeo flagra PMs atirando em dois jovens já caídos no chão

Corporação reconheceu o que chamou de 'flagrante ilegalidade' e corregedoria vai investigar. Caso aconteceu em frente ao colégio onde adolescente morreu vítima de bala perdida nesta quinta-feira

30/03/2017 20:14:00 - ATUALIZADA ÀS 30/03/2017 21:59:53

BRUNA FANTTI

(Fonte: Jornal O Globo)

No Rio de Janeiro, um dos principais projetos para a retomada de uma boa imagem da Polícia Militar foi o programa das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), considerados um dos projetos mais importantes de segurança pública realizado nas últimas décadas no Brasil. Implantado pela Secretaria de Estado de Segurança do Rio de Janeiro, no fim de 2008, o Programa das UPPs - planejado e coordenado pela Subsecretaria de Planejamento e Integração Operacional - foi elaborado com os princípios da Polícia de Proximidade, um conceito que vai além da polícia comunitária e tem sua estratégia fundamentada na parceria entre a população e as instituições da área de Segurança Pública.

O Programa engloba parcerias entre os governos – municipal, estadual e federal – e diferentes atores da sociedade civil organizada e tem como objetivo a retomada permanente de comunidades dominadas pelo tráfico, assim como a garantia da proximidade do Estado com a população. A pacificação ainda tem um papel fundamental no desenvolvimento social e econômico das comunidades, pois potencializa a entrada de serviços públicos, infraestrutura, projetos sociais, esportivos e culturais, investimentos privados e oportunidades.

Ainda segundo o site oficial da Unidade de Polícia Pacificadora o Estado do Rio de Janeiro possui 38 UPPs e contam com um efetivo atual de 9.543 policiais. As UPPs em operação abrangem aproximadamente 264 territórios. Cabe ressaltar que os efeitos proporcionados pelo programa extrapolam as comunidades pacificadas, se estendendo a suas áreas adjacentes, beneficiando direta e indiretamente uma população bem maior.

Os cidadãos veem na mídia as notícias sobre a violência na cidade e, em sua maioria estão relacionadas às classes econômicas menores. Todos os dias tema em tela a repressão, o abuso de autoridade e a corrupção que ocorre dentro e fora da instituição, segundo Arbex (2001) lembra-nos que a guerra se tornou um grande show aos olhos do telespectador, ávido por acontecimentos que fiquem registrados na memória.

Ainda segundo Arbex (2001), o que importa nos atuais programas de telejornalismo é o impacto da imagem, assim como o ritmo de sua transmissão, como no vídeo clipe uma sucessão de imagens é costurada de maneira, talvez, aleatória, mas que em seu conjunto reforçam certa mensagem.

O objetivo da publicidade no passado era vender produtos, no mundo contemporâneo a publicidade estabelece moldes a serem seguidos padrões físicos, estéticos, sensuais e comportamentais. O narrador da notícia seja o historiador, cientista político ou o jornalista, escolhe e singulariza determinado fato de motivado, estrategicamente, pelo que deseja transmitir.

O observador designa o que é um fato, mas o faz limitado por contextos econômicos, culturais, sociais, ideológicos, políticos, históricos, psicológicos, e por sua própria competência discursiva, colocada em jogo numa disputa de discursos e saberes, assim estabelecendo uma relação de poder simbólico- isto é uma relação política em sentido mais amplo (ARBEX, 2001).

Assim, a notícia que é tratada como entretenimento, que é praticada cada vez mais comum entre os meios de comunicação, não fica só a cargo do jornalismo, mas encontra também como ator principal ao público, que se vê representado nesse jornalismo do espetáculo.

Figura 3 – Notícia da Revista Veja sobre atuação da PM

Brasil

Tiro que matou menina em escola do RJ partiu de arma de policial

Laudo ainda não foi concluído, mas confronto balístico com projétil retirado da perna de adolescente indica que disparo partiu de policial militar

Por Leslie Leitão

© 6 abr 2017, 11h31

Fonte: Revista Veja Online de 6 abr. 2017. <<http://veja.abril.com.br/brasil/tiro-que-matou-menina-em-escola-do-rj-partiu-de-arma-de-policial/>>

Ainda que o laudo da investigação não tenha sido concluído a matéria traz a afirmativa que em seu título que o tiro que atingiu a jovem na escola partiu da arma do policial. A matéria da Revista Veja traz o policial como protagonista com mais uma de suas ações truculenta, o que assevera, inconscientemente e/ou conscientemente, o imaginário do leitor.

Considerando o que explicam Oliveira e Orrico (2009), as relações estabelecidas entre a memória envolvem os acontecimentos, as pessoas e os lugares. As contínuas matérias com teor semelhante de ações catastróficas da corporação imprimem-se como referência em determinados lugares e, assim, acarretam na percepção da realidade e na vivência que ficarão registradas na história, logo, construindo uma memória coletiva de determinada camada social.

Figura 4 – Notícia da revista Veja com ênfase sobre atuação da PM

Veja também



Brasil

Adolescente morta com bala perdida no Rio é enterrada

🕒 1 abr 2017 - 15h04



Brasil

Rio tem mais uma vítima de bala perdida em favela 'pacificada'

🕒 14 jul 2016 - 20h07

Fonte: Revista Veja Online de 22 jul. 2017 <<http://veja.abril.com.br/brasil/adolescente-morta-com-bala-perdida-no-rio-e-enterrada/>>.

A memória está vinculada ao tempo presente, mesmo sendo necessária a menção de um passado. A notícia traz menções ao passado em outras matérias vinculadas com o mesmo teor da matéria principal, assim a notícia reforça não só um fato isolado, mas um histórico. Mesmo reconstruindo a partir de outros indivíduos a memória nos remete a ideia de coletividade, social.

Nesse contexto, percebe-se uma finalidade de um tipo de publicação periódica. No entanto, outras funções podem ser exercidas por publicações periódicas, tais como revistas, jornais e boletins. O que se verifica a seguir no que se refere ao Boletim da PMERJ.

3.2 Boletim da PMERJ como documento histórico

Boletim informativo (newsletter em inglês) é um tipo de fonte de informação que por vezes executa tarefas aos de jornais de comunicação em massa em função de semelhanças em termos de distribuição regular a assinantes, mas que, no entanto, aborda geralmente um determinado assunto e pode ser destinado à circulação interna ou a divulgação pública (TEIXEIRA, 2008).

Nessa perspectiva, boletim é uma fonte de informação que pode ser utilizado para comunicação de variada informação. Por exemplo, pode adquirir valor de relatório de dados, normas, atividades ou de serviços ou ainda de notícias, referindo-se nesse sentido à revistas, jornais, radiodifusão e telejornalismo. Sob a perspectiva editorial, Briquet de Lemos (1993) aponta que boletim é fonte de informação em geral ligada à instituição que a mantém e a

divulga. No entanto, o boletim pode visar também efeitos de notícias e registro histórico (BRIQUET DE LEMOS, 1993; TEIXEIRA, 2008).

Teixeira (2008, p. 67) explica que ao propor a leitura de publicações periódicas, tais como jornais e boletins, como fonte de informação, podem-se considerar quatro possíveis funções do jornal: Os jornais como fonte de informação noticiosa; como vetor narrativo ideológico; como documento histórico, e como fonte para demandas específicas.

De acordo com Teixeira (2008) o jornal como fonte de informação noticiosa precisa despertar a atração do leitor, nesse sentido toda a forma e informação no jornal são pensadas de forma que, segundo o autor se dá por meio da formulação e de sua política editorial, a qual prioriza algumas notícias em detrimento de outras, selecionando assim quais informações o leitor terá acesso.

Já na perspectiva de vetor narrativo ideológico, Teixeira (2008) analisa como as informações transmitidas no jornal não são imparciais, essas carregam tanto os ideais de quem às escreve como os de quem as patrocina, assim cabe ao leitor saber fazer a interpretação de quais fatos são “fatos puros” e quais fatos tem a percepção dos ideários do jornal.

O aspecto narrativo ideológico e o de documento histórico não podem ser apartados totalmente, já que as informações são selecionadas de acordo com próprio critério ideológico de sua linha editorial, ou seja, a critério dos detentores do poder de circular a informação, esses assim criam a narrativa de determinada sociedade em determinada época, assim constituindo-se para além de acompanhamento diário de notícia e tomando status de documento histórico.

Ainda segundo Teixeira (2008), devido à explosão informacional o jornal como fonte para demandas específicas tem objetivo de selecionar as informações as quais são mais relevantes ao seu grupo social, ou as que o grupo social é mencionado, essa seleção das informações é denominada pelo autor como “clipping”.

O Boletim da PMRJ possui as características de jornal porquanto tem e oferece tais funções. No sentido da de sua narração ideológica, as informações não são imparciais, pois interessa apresentar no boletim o que é importante para a corporação, nesse sentido também tem a característica de publicação institucional que atende a um público específico em torno da organização, serviços e normas; assim verificando o “clipping” dentro da instituição.

A narrativa dentro do boletim transmite também seus valores ideológicos, ou pelo menos os valores dos que o constrói. Assim, dentro dessa relação de poder informacional pode-se observar a construção do discurso em determinada circunstância espaço e tempo que é materializado nos boletins.

Nesse sentido os boletins se consolidam como documento histórico, seu objetivo transcende já que deixa de ser um instrumento para acompanhar os fatos presentes para ser artefato de estudo também de acontecimentos no futuro e passado.

Sua análise histórica é capaz de remontar a realidade tanto da instituição que o produz, de acordo com a intenção específica, os aspectos culturais, econômicos e humanos da corporação, quanto a realidade de determinado tempo na história que fora registrada nestes documentos.

A análise de conteúdo dos números do Boletim Ostensivo da PMERJ pretende, assim como configura Silva (2012), articular, no instante presente, os fios de um passado que não retorna mais e de um futuro ainda em aberto. A pesquisa acerca dos Boletins também busca observar como a instituição com a publicação dos Boletins utiliza-se deles como aparelho ideológico por meio da transmissão de seus valores, praxes e conceitos, assim criando sua identidade institucional e também exercendo a noção de memória coletiva no âmbito de seus membros na instituição.

4 BOLETIM DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E O VALOR INFORMACIONAL E IDENTIDADE

As instituições públicas governamentais possuem grandes massas documentais acumuladas, e nelas podem ser depositados registros significativos de valor histórico da organização. Esses registros podem constituir-se como documentos, isto é, um conjunto de informações registradas em um suporte, como, no caso em questão, em Boletins eletrônicos. Esses quando disponibilizados podem cumprir sua função social, administrativa, técnica, jurídica, cultural, entre outras, transmitindo seu valor informacional ao receptor. Sendo necessário, ainda, que sejam preservados e tratados de forma acessível.

De acordo com Barreto (1994, p. 3), a informação “quando adequadamente assimilada, produz conhecimento, modifica o estoque mental de informações no indivíduo e traz benefícios ao seu desenvolvimento e ao desenvolvimento na sociedade em que vive”. Assim, pode-se compreender que a presença do homem não só é considerada como indivíduo, mas, como ator social no processo informacional, e coloca a informação como objeto, no sentido de ser produto da composição humana, deste modo a informação não tem existência própria, ela só existe quando produzida e reproduzida pelo homem como elemento necessário para o conhecimento (NETTO, 2007).

Nessa linha de raciocínio apresentada por Netto (2007) e considerando a informação como produto da ação intencional no plano de uma forma de registro, esta pode passar por vários tipos de interpretações, e nisso deve-se contextualizá-la dentro de processos resultante de fatores de ordens diversas como a ordem social, cultural, moral, ética etc.

A informação é, pois, a qualidade da realidade material de ser organizada (o que representa, igualmente, a qualidade de conservar este estado organizado) e sua capacidade de organizar, de classificar um sistema, de criar (o que constitui, igualmente, sua capacidade de desenvolver a organização). É, juntamente com o espaço, o tempo e o movimento, uma outra forma fundamental de existência da matéria - é a qualidade de evolução, a capacidade de atingir qualidades superiores. Não é um princípio que existiria fora da matéria e independentemente dela (como são, por exemplo, o princípio idealista da entidade ou o termo da “entelequia”) e sim inerente a ela, inseparável dela. (ZEMAN, 1970, p. 155).

Consoante Netto (2007, p. 11) a informação é um fenômeno em que “há não só a produção de um bem simbólico, mas também sua disseminação e consumo, que acaba na sua própria reprodução, já que a dimensão espacial é extremamente dinâmica, dentro da sua recontextualização”.

Nesse sentido, França (2002, p. 40-41) aponta para uma questão de identidade, já que a informação implica em significação, ela poderia estar restrita a setores ou segmentos culturais, que podem ser mais ou menos permeáveis, produzindo, assim, novos significados sobre a informação disseminada.

De acordo com França (2002, p. 34-38), a ideia de identidade é resultado de um processo de construção que tem como seu elemento de sustentação os discursos, objetos e práticas simbólicas que nos posicionam no mundo e dizem nosso lugar nele. Nessa linha, a identidade também marca e estabelece uma posição, o lugar que efetivamente construímos e estamos inseridos (SILVEIRA, 2010).

Segundo França (2002, p. 42), a identidade é construída na inserção dos discursos que nos posicionam e no nosso movimento de nos posicionarmos enquanto sujeito no mundo. Esses discursos são produzidos e disseminados através de reportórios amplos, que não podem ser interpretados como se possuíssem apenas uma vertente. Portanto, independente do originário familiar, práticas regulares, ou de manifestações religiosas é o movimento de assimilação e aceitação desses discursos simbólicos que possibilitam ao sujeito e mesmo a uma coletividade inteira construir e consolidar seus vínculos identitários.

Netto (2007) entende que a afirmação e reafirmação de identidades passam a ser vista como uma forma de sobrevivência e autorreferência de diversos grupos e regiões. A identidade passa a ser vista como estreitamente relacionada com o conceito de identificação, já que passa pela esfera relacional, entre o indivíduo e seu grupo e entre os grupos que se relacionam. Desse modo, de acordo com Cuche (2002, p. 182):

[...] identidade é um modo de categorização utilizado pelos grupos para organizar suas trocas. Também para definir a identidade de um grupo, o importante não é inventariar seus traços culturais distintivos, mas localizar aqueles que são utilizados pelos membros do grupo para afirmar e manter uma distinção cultural [...] esta identidade resulta unicamente das interações entre grupos e os procedimentos de diferenciação que eles utilizam em suas relações.

Nessas perspectivas, os Boletins da PMERJ, documentos com suporte digital, constroem conhecimento e o propaga, cumprindo seu valor informacional. As informações transmitidas por meio dos boletins quando assimiladas por seus receptores tornam-se parte de seu cotidiano, modificando-o e incorporando na construção individual e coletiva dessa determinada camada social.

Partindo do princípio que nenhuma informação é isenta e que decorre de uma relação de poder, principalmente o poder de se fazer revelar a informação, devemos analisar o meio o qual essas estão estabelecidas e disseminadas. Entendendo que a Instituição PMERJ detém o poder de disseminar a informação por meio dos Boletins, esta configura um discurso que é percebido pelos indivíduos em seu tecido social, esses indivíduos acabam se tornando sujeitos da informação quando a absorvem e a interpretam, assim incorporando na construção de sua individual, e pensando de forma mais ampla, na identidade da classe dos policiais.

Corroborando essa linha de pensamento, segundo Oliveira e Orrico (2009) as instituições são formas de saber-poder, que estabelecem a informação, e assim a memória, que será circulada e lembrada. A seleção das informações sempre estará em pauta nas relações de poder, e para que conheçamos as filiações ideológicas dos dirigentes da instituição, em seus diversos níveis, pois seus discursos podem perdurar por diversas gerações, assim subsidiando a memória individual e coletiva das novas gerações imprimindo-se como referência para a percepção da realidade.

De acordo Lakatos (1982, p. 113), as instituições têm com características básicas: I. Satisfação das necessidades locais; II. Permanência relativa dos padrões, papéis e das relações entre os indivíduos; III. Seria estruturada pela coesão entre os componentes, virtude de combinações estruturais de padrão e comportamento; IV. Ao se diferenciar das demais, confere a si mesma uma característica de unidade; e V. Possuem códigos de conduta.

Considerando as características básicas das instituições permitem inferir a busca da conexão entre seus membros, uma vez que busca a unidade de determinada instituição, assim surge uma ideia de pertencimento a determinada parte da sociedade. Visto que a sociedade é formada pela união de vários grupos, a ideia de identificação com um grupo se faz necessário para o indivíduo, assim as características “padrões” de determinada classe torna-se parte do indivíduo, reconhecendo em si como parte de determinada organização.

Tanto para a construção da identidade tanto individual, como de determinada coletividade, depende da identificação do sujeito com seu ambiente social. Os Boletins por tratarem de parte específica da sociedade transmitem nele o retrato de nicho social, assim o indivíduo não se sente apenas representado, mas como sujeito participante da construção social de seu ambiente.

Segundo Silveira (2010) as instituições, sejam físicas ou virtuais, se organizam em apoio para a salvaguarda da materialidade simbólica como elementos de memória coletiva. Esses espaços mesmo com o objetivo de preservar a memória não conseguem reter todas as experiências humanas, assim sendo, é necessário criar documentos, monumentos, organizar

celebrações públicas, ou até mesmo pronunciar elogios funerários como recurso de manter viva a história e a cultura de toda uma camada social.

Para que a identificação do sujeito com a instituição a qual pertence é necessário construir e reconstruir a história, por meio dos Boletins é possível saudar o passado que se faz necessário para a construção do futuro. Estes são fator essencial para o salvaguardo da memória da instituição, e assim a memória individual e coletiva de seus membros. Por meio dos boletins é possível para o indivíduo da classe policial encontrar semelhanças com seus pares. A seleção da informação também é determinante para o sentimento de pertencimento de cada indivíduo da classe, mesmo que a informação possa ter várias interpretações, nos meios oficiais de determinada classe a vertente que se sobrepõe diante as outras será a que se adequem as expectativas de uma classe, a que se ajustar no seu determinado desejo de pertencimento.

Assim, os Boletins além de poderem ser compreendidos como uma das formas de salvaguardar a história da instituição e disseminação de seus deveres e praxes cotidianas, é fator determinante na construção individual desse determinado tecido social, e através dele poderemos entender como o indivíduo se não só se sente representado, mas como ser integrado à determinada cultura organizacional.

Nesse cenário, após o contexto dos boletins da PMERJ serem contextualizados, procede-se com a análise de conteúdo na próxima seção. Pois, tal como esclarece Moraes (1999, p. 8), o contexto dentro do qual se analisam os dados deve ser explicitado em qualquer análise de conteúdo. “Embora os dados estejam expressos diretamente no texto, o contexto precisa ser reconstruído pelo pesquisador”.

5 ANÁLISE DOS BOLETIM OSTENSIVO DA PMERJ

Sob a abordagem de análise de conteúdo, busca-se nessa seção apresentar uma visão crítica acerca do tema de pesquisa. Essa possibilidade pode ser enfocada em função de diferentes perspectivas que um texto ou documento apresenta, em seus muitos significados nele contidos e, conforme colocam Villegas e González (2011, p. 44), a análise de conteúdo adotada pode empregar a seguinte possibilidade: do sentido que o autor pretende expressar que pode coincidir com o sentido percebido pelo leitor, isto é, ou a isso buscando controle sobre essa possibilidade (MOARES, 1999, p. 8).

Nessa possibilidade, a análise de conteúdo está orientada em uma das seis categorias de análises, no caso, orientada à categoria “*quem fala?*” que visa a examinar criticamente quem produz o documento (MORAES, 1999).

Para Moraes (1999, p. 9), este tipo de estudo naturalmente é efetuado a partir da mensagem, a partir da qual se procurará determinar características de quem escreve e publica, seja quanto à sua personalidade, comportamento verbal, valores, universo semântico, características sociais ou outras dimensões de interesse do pesquisador. Neste caso de certo modo, avança-se a hipótese de que a mensagem exprime e representa o emissor. Frente a este objetivo faz-se inferências do texto ao emissor da mensagem.

De acordo com Brinquet de Lemos (1993) no meio editorial as revistas institucionais se caracterizaram como uma publicação periódica exclusiva e estrita e exclusivamente vinculada à instituição aos interesses objetivos de uma determinada organização, no entanto, na visão dos pesquisadores no que concerne às organizações envolvidas em na edição de revistas temos que são publicas por: a) associações científicas e organizações profissionais; b) editoras comerciais; c) organizações sem fins lucrativos; d) estabelecimentos de ensino; e) instituições governamentais e de pesquisa.

O objeto desse trabalho inclui-se no grupo “e”, os Boletins produzidos por instituição governamental. Os Boletins são documento oficiais de índole pública, cuja validade é plena para os fins aos quais se destina. Existem seis tipos de Boletins na PMERJ:

- 1) Boletim Ostensivo;
- 2) Boletim de Assuntos Administrativos;
- 3) Boletim Reservados;
- 4) Boletim Reservado Disciplinar;
- 5) Boletim Reservado de Material Bélico;
- 6) Boletim dos Funcionários Civis.

Os boletins citados são confeccionados pela Ajudância da PMERJ, órgão que tem como função a secretaria e apoio, no Quartel General.

De acordo com a Portaria nº 056 podemos observar a estrutura dos Boletins que serão disponibilizados para o acesso.

Portaria nº 056 de 10 de agosto de 1982 .

“Instruções Provisórias para Elaboração, Distribuição, Utilização e Arquivamento de Boletins da PMERJ e seus Órgãos”

Artigo 1º - As presentes Instruções Provisórias tem por finalidade estabelecer uma sistemática a ser adotada para elaboração, distribuição, utilização e arquivamento dos Boletins da PMERJ e seus Órgãos, objetivando redução e controle de custos e segurança na veiculação de informações .

Os Boletins da PMERJ serão elaborados e impressos pela Ajudância Geral .

Os Boletins da OPM Ostensivo e Reservado são elaborados e impressos pelas seguintes seções :

- 1- Boletim Ostensivo – pela 1ª Seção do EM;
- 2- Boletim Reservado – pelo setor de assuntos sigilosos.

Os Boletins da PMERJ se dividem em 05 Partes :

- 1ª Parte : Serviços Diários;
- 2ª Parte : Operações e Instruções;
- 3ª Parte : Assuntos Gerais e Administrativos;
- 4ª Parte : Justiça e Disciplina;
- 5ª Parte : Comunicação Social.

1ª PARTE – Serviços Diários :

- São lançados os serviços que são realizados dentro da Unidade, serão transcritos, também no Boletim Interno, os serviços do Boletim da PMERJ, desde que haja, policiais da unidade escalados .

2ª PARTE – Operações e Instrução :

- Será utilizada para publicação de desligamento de alunos de diversos cursos, relação nominal de alunos aprovados em cursos e etc.

3ª PARTE – Assuntos Gerais e Administrativos :

- Assuntos Gerais :

Letra A – Alterações de Oficiais, referentes a férias, movimentações, classificação, designações e etc.

Letra B - Alterações de Praças, referentes a férias, movimentações, classificação, designações e etc.

Letra C – Alterações de Funcionários Civis.

- Assuntos Administrativos :

Referentes a saque de triênios, concessão de salário família, periciais médicas, assuntos referentes a finanças e etc.

4ª PARTE – Justiça e Disciplina :

- JUSTIÇA :

É destinada a transcrição de Louvores e Elogios.

- DISCIPLINAR :

É destinada a transcrição de punições, Solução de Processos, nomeação de encarregados, convocação de Conselhos e etc.

5ª PARTE – Comunicação Social:

- É destinada a fatos e a cultura da PMERJ, participação de aniversários de policiais militares e etc.

De acordo com a portaria nº 056 de dez de agosto de 1982 observamos que no boletim há diversas partes com objetivos diferentes, porém todo o acúmulo registrado dessas diversas partes torna-se memória de suas praxes, acontecimentos e assim da história da instituição e dos indivíduos inseridos no seu contexto.

Cabe salientar que o registro e a preservação dos Boletins em seus diversos suportes, sejam digitais ou impressos, tem estreita ligação com o compromisso com a memória deste tecido social, assim podemos inferir que seu registro de informações que compõem esse documento são as que de fato, na análise dos que o produz e decidem sobre o teor de suas informações, detém relevante interesse para a instituição e sobre seu corpo indivíduos, assim preservando, produzindo e reproduzindo a memória.

O Boletim analisado será o Ostensivo, o qual tem sua forma definida pela Portaria nº056 de dez de agosto de 1982. De acordo com a Portaria nº 108 de oito de janeiro de 1987 da PMERJ combinado com o Boletim de nº 015 de vinte e três de janeiro de 1987 da PMERJ, documento ostensivo é denominado como documento cujo o conhecimento ou a divulgação não produz prejuízo aos interesses nacionais ou da administração, no entanto sua publicação só é permitida por via da imprensa oficial.

Para a análise optou-se por utilizar partes do boletim de número 101 de dois de junho e boletim número 102 de cinco de junho de 2017, seleção feita face ao período onde ocorreram os eventos na seção anterior e noticiados pela mídia de comunicação de massa.

A primeira parte e a segunda parte do boletim podem ser pensadas em um sentido amplo como a de valor informacional relacionados à rotina da instituição, abrangendo além dos informativos e as praxes da instituição. A função destas primeiras partes seria posicionar os indivíduos enquanto policiais em suas funções dentro da instituição, com a principal finalidade de ordenar e onde e como os policiais devem posicionar-se.

Nestas também é possível perceber a relação de poder entre os policiais visto que nos itens analisados podemos identificar os policiais que ficam a cargo como Oficiais Superiores perante os demais, assim como quem irá substituir estes, além da denominação dos órgãos que são considerados maiores.

Além disso, nesta parte também há uma determinação muito peculiar dentre os elementos que é a vestimenta. Esta serve como fator de identificação dos policiais por outros da instituição assim relacionando qual sua posição na hierarquia da instituição, e também serve para a percepção do indivíduo enquanto policial, além de sua identificação como agentes de segurança pública perante a sociedade, assim de forma consciente o agente de segurança percebe-se inserido nessa camada social. Desse modo começa a configurar a conexão entre a identidade do policial e a identidade da instituição.

Analizando sobre a perspectiva da relação de poder essas partes do documento transmitem as praxes cotidianas obrigatórias, essas quando cumpridas com rigor e suas diversas repetições acabam por formar, consciente ou inconsciente, a memória, pois uma forma de constituir a memória seria por meio das diversas repetições, e os afastamentos de antagonismos, para que assim se insiram na identidade da corporação e, também, de seus incorporados.

Apesar da análise se configurar no foco de que as praticas reiteradas nesses itens configuram-se como padrões de conduta dos membros afirmando assim a identidade individual e institucional deste tecido social não quer dizer que a informação contida nesses documentos, que são sim mecanismos de memória, não sofre ações de seus receptores, estes são agentes vivos modificadores dessas informações, criando e modificando estes também a memória.

Ainda nessa linha de identificar os indivíduos como atuantes construções da memória da corporação na segunda parte têm a certificação dos novos à listagem dos alunos do curso de formação que adentram ou desligam-se da instituição, assim comprovando nos dois casos a modificação na cultura organizacional.

A terceira parte o boletim traduz o discurso oficial administrativo da instituição e assim nota-se questões de ordem da praxe administrativa dos oficiais, importante salientar que o boletim em sua maioria trata de ambientar seus servidores militares no discurso e ordens, no entanto nesta parte do boletim há uma maior abrangência além de englobar os servidores militares o boletim também dá ordens e informativos aos seus servidores civis, em sua maior parte publicações relacionadas à ordem econômica. No entanto aqui já inicia a visão de que o boletim abrange mais de uma determinada classe.

Seguindo o pensamento que o boletim não trata de uma classe isolada, e assim engloba outras classes, também é razoável que traga informações não produzidas pela instituição, mas que se correlacionam ou tenham diretamente interferência sobre ela. A exemplo disso a figura

5 extraída do Boletim de cinco de julho de 2017 apresenta uma transcrição extraída do Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro referente à segurança.

Figura 5 – Transcrição do DOERJ no BOLPM

TRANSCRIÇÃO DE DOERJ EXECUTIVO Nº 102 DE 05 DE JUNHO DE 2017.

Instituto de Segurança lança novo portal para divulgar dados

ISPDADOS | Instituição se consolida como líder nacional na transparência de informações

(Fonte: Boletim nº 102 de 05 de Julho de 2017)

Assim podemos inferir que a memória da instituição por meio do documento mesmo que produzido pela própria corporação não pode, e não é, alheia a realidade fora dela, assim o Boletim como fonte de informação tem o sentido mais amplo que as informações de seus próprios indivíduos, localizando-os além de suas funções dentro de sua classe.

A quarta parte do Boletim apresenta uma perspectiva jurídica, e também de instrumento para imposição de poder. Nesta área avalia-se o poder disciplinar que a instituição detém sobre seus indivíduos, assim é uma forma de regulação de suas ações.

Nesta seção do boletim também é dedicada elogios conferindo a cultura organizacional honrarias as condutas de seus membros, assim, com essa exaltação de seus membros pode-se ter controle das condutas padrões que devem ser lembradas, e assim trazer para evidencia os acontecimentos que causam o sentimento de homogeneidade da instituição e desse modo descarta os eventos contraditórios com a memória que ela pretende preservar para si mesma.

Na quinta parte do documento na concepção de documento/monumento também fica visível, pois a instituição de utiliza de varias ações passadas para perpetua-las através do Boletim. Uma das mais visíveis são as notas para a comemoração das diversas UPP's atuantes no Estado. Em todas as notas de comemoração há sempre uma síntese contando o histórico da unidade, e sua importância, logo, a importância desse tecido social para a população.

Figura 6 - Publicação de aniversário da 2ªUPP do Estado.

5ª. PARTE

COMUNICAÇÃO SOCIAL

1. 2ª UPP/2º BPM CERRO CORÁ – ANIVERSÁRIO – PUBLICAÇÃO

O Comandante-Geral parabeniza o Comandante, Oficiais e Praças da 2ª UPP/2º BPM - Unidade de Polícia Pacificadora da comunidade do Cerro Corá, pelo seu 4º aniversário de criação, comemorado em 03 de junho.



Síntese Histórica

A UPP Cerro Corá foi inaugurada em 03 de junho de 2013. A ação marcou o cumprimento da última etapa do cronograma de pacificação da Zona Sul do Rio. A UPP tem a responsabilidade de garantir a paz e a tranquilidade a cerca de 4,5 mil pessoas (dados do Instituto Pereira Passos) que vivem na região, situada no alto do bairro do Cosme Velho, aos pés do Cristo Redentor.

O Cerro Corá fica numa área estratégica da cidade, com grande fluxo de moradores e turistas, pois permite acesso ao Cristo Redentor, Sumaré e por onde passa o Túnel Rebouças, uma das principais vias de ligação entre a Zona Sul e a Zona Norte.

A sede da unidade fica situada na esquina da Rua Almirante Alexandrino, 6086.

Atualmente a 2ª UPP /2º BPM – Cerro Corá é comandada pelo Capitão PM Rogério da Natividade Régis.

Unidades envolvidas: todas
(Nota 245 – 01 Jun17 - CComSoc)

Fonte: BOLPM nº 101 de dois de junho de 2017.

Na análise da perspectiva de poder sobre a informação transmitida afim de criação da memória individual e coletiva podemos inferir que as diversas comemorações buscar afirmar os pontos positivos da corporação, assim traz para o conhecimento da instituição acontecimentos e memórias que a apoiam a sua imagem, ou pelo menos a imagem que irá ser lembrada.

Desta seção também podemos depreender o aspecto cultural da instituição, seja de sua cultura organizacional ou cultura em geral. Visto que toda organização é fruto de uma construção social e cultural a polícia em suas formas de documentação não pode estar totalmente apartada da sociedade civil, assim nesta ultima seção observamos a organização com seu fator cultural, que também serve para que a instituição transmita seus valores e sua

missão enquanto instituição. A exemplo disto pode-se observar um trecho do boletim nº 101 da PMERJ.

Figura 7- Comemorações do dia mundial do meio ambiente no BOL

Em 2017 comemoramos 05 anos da Rio +20, momento de reflexão sobre os avanços e retrocessos no trato do Meio Ambiente.
Neste sentido, o objetivo é conscientizar as pessoas para que elas se tornem agentes sustentáveis e promovam atitudes responsáveis em suas comunidades.
PMERJ, multiplicar conhecimento para somar qualidade!

Unidades envolvidas: todas
(Nota 248 – 02Jun17 – CComSoc)

(Fonte: BOLPM nº 101 de dois de junho de 2017)

Com a figura acima podemos compreender no aspecto cultural e social este documento tem a preocupação de ambientar os indivíduos não somente no espaço da instituição, mas também na sociedade civil, pois a instituição para formar sua própria identidade e sua memória também necessita dos valores e conceitos do grupo em que ela pertence. No entanto, esses valores, conceitos e discursos devem estar em sintonia para que possa haver o efeito de satisfação das necessidades para ambos os lados de maneira eficaz, e assim a memória institucional poderá ser construída e se perpetuar ao longo de gerações.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

À luz do objetivo de pesquisa que é: objetiva-se analisar como o Boletim da PMERJ produzido pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro reflete à construção de sua memória institucional sob dois aspectos: Boletim da PMERJ como fonte de informação e memória e como documento histórico, esse estudo considera que o meio social em que estamos inseridos e as relações de poder nelas estão diretamente ligadas a formação da memória coletiva e reverberam nas individuais.

A formação da memória institucional pode ser construída, transmitida e perpetuada por diversos meios, a exemplo disso temos os boletins, e esses devem ser analisados sobre diversas perspectivas.

A memória da instituição passa também pela memória dos seus indivíduos, estes são agentes modificadores, assim ao analisar os boletins também é necessário entender que para este ser eficaz em sua função de perpetuar a memória institucional deve estar em conformidade com os discursos da camada social que abrange.

Por meio da análise de conteúdo do Boletim Ostensivo pode-se compreender que as várias partes de sua estrutura de alguma forma tentam trazer homogeneidade às relações, a fim de conjugar uma construção de memória de maneira mais eficaz. Seja nos métodos como o de repetições como suas praxes, serviços diários ou até mesmo a identificação do indivíduo enquanto membro dentro deste grupo e na representação dele para com a sociedade.

A relação de poder exposta no Boletim vai além do poder de formulação e escolha de seu conteúdo, no documento há sempre presente a hierarquia da corporação, assim identifica os indivíduos dentro dessa realidade o que de fato não deixa de ser uma consequência da estrutura de poder competente para as escolhas das informações a serem transmitidas.

As menções a ilustríssimos combatentes, personalidades da categoria ou ainda comemorações de feitos expostos nas páginas do boletim cumprem seu papel de memória que a instituição busca conservar, e assim usa-as como artefato para rememorar tais eventos ou circunstâncias criando assim consciente ou inconscientemente a memória individual e coletiva da instituição.

Importante salientar que mesmo que o boletim tenha função de comunicação com uma camada específica ele não está isolado da sociedade, e assim a construção da identidade e da memória dos seus indivíduos não podem ser alheios aos fatos externos, mesmo que a função informativa do boletim carregue o teor ideológico dos que o produz não se pode dizer que está totalmente desconexa da estrutura social em que está inserido.

No entanto sua função como instrumento de narrativa de determinado seguimento da sociedade observa-se que o recortes das informações referentes as informações que são noticiadas em outros lugares, como jornais de massa, por exemplo, quando publicadas dentro do Boletim dá-se de acordo com os interesses específicos dessa coletividade.

Conclui-se então que a relação de poder transmitida por meio do Boletim não se encerra nas praxes administrativas uma vez que o registro das manifestações da instituição, mesmo que a priori possa parecer que o registro se baseia em apenas nessa parcela da sociedade. Pensando assim também podemos concluir que para além “dos muros” da instituição o boletim também tenta ambientar-se nas questões de ordem geral da sociedade.

Por fim, cabe destacar que o Boletim como documento histórico é capaz de posicionar a instituição, e seus indivíduos em determinada época ou em determinada circunstancia, assim pode fazer do boletim um monumento ao atribui-lo com a função de rememorar ações passadas, e assim conseguir perpetuar no imaginário de sua coletividade determinados fatos pré-selecionados por/para esse tecido social.

Para além disso, seria interessante em uma futura pesquisa analisar como com o passar do tempo por meio das intervenções realizadas, tanto estrutural como ideológica nos instrumentos de memória, os valores da instituição foram alterados e como isso implicou na sua autenticidade e na identidade coletiva.

Para futuros estudos, faz-se a indicação de pesquisas em materiais seriados de instituições sob as abordagens da análise de conteúdo a fim de examinar valores históricos, informacionais, de memória social e identidade.

REFERÊNCIAS

- ALVARENGA, Lúcia. Definição de publicações oficiais. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v.22, n.2, p.213-238, jul./dez. 1993.
- ARBEX JR, José. **Shownalismo**: a notícia como espetáculo. São Paulo: Casa Amarela, 2001.
- BARRETO, Aldo de Albuquerque. A questão da informação. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 8, n. 4, 1994, p. 3.8. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v08n04/v08n04_01.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2017.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, Seção 1, n. 191-A, 5 out. 1988, p. 1-47.
- BRINQUET DE LEMOS, A. Análise crítica de uma revista institucional: as memórias do instituto Oswaldo Cruz. **Caderno de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 161-169, abr./jun. 1993.
- BURKER, Peter. Problemas causados por Gutemberg: a explosão da informação nos primórdios da Europa moderna. **Estudos avançados**. 2002.
- CALDERON, Wilmara Rodrigues. O processo de gestão documental e da informação arquivística no ambiente universitário. **Revista Ibict**, Brasília, v. 33, n. 3, 2004. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1037/1102>>. Acesso em: 28 jun. 2017.
- CUCHE, Denys. **A Noção de Cultura nas Ciências Sociais**. 2. ed. Bauru: EDUSC, 2003.
- FERRAREZI, Ludmila. Arquivo, documento e memória na concepção discursiva. **Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, n.24, p. 152-171, 2º sem. 2007.
- FRANÇA, Vera R. Veiga. Discurso de identidade, discurso de alteridade: O outro por si mesmo. In: GUIMARÃES, C. et al. **Imagens do Brasil**: modos de ver, modos de conviver. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. p. 27-43.
- FREITAS, Clara Barbosa. **O Serviço Social do Hospital Central da Polícia Militar**: reflexões a partir da análise dos registros das atividades profissionais. 2013. 120 f. Monografia (Especialização) - Curso de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- GALVAO, Taís Freire; PEREIRA, Mauricio Gomes. Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, DF, v. 23, n. 1, p. 183-184, mar. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-96222014000100183&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 maio 2016.
- GONDAR, Jô. Quatro Proposições sobre Memória Social, in: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera. **O que é memória social**, Rio de Janeiro: UNIRIO, 2005.

JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Revista Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, 1995.

LAKATOS, Eva Maria. **Sociologia geral**. São Paulo: Atlas, 1982.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

MAGALHAES, Anderson Salvaterra. Ethical fundaments of the discursive sphere of press in Brazil: a game of epigraphs and memories. **Trab. linguist. apl.**, Campinas, v. 50, n. 1, p. 27-43, June 2011. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-18132011000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 Maio 2016.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 31ª Ed. São Paulo, Malheiros, 2005.

MERLO, Franciele; KONRAD, Glaucia Viera Ramos. Documento, história e memória: A importância da preservação do patrimônio documental para o acesso à informação. **Revista Ciência da Informação**, Londrina, v. 20, n.1, p. 26-42, jan./abr, 2015.

MIRANDA, Antônio. Sociedade da Informação: globalização, identidade cultural e conteúdos. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 29, n. 2, p. 78-88, maio/ago. 2000.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível em:

<http://cliente.argo.com.br/~mgos/analise_de_conteudo_moraes.html>. Acesso em: 9 dez. 2016.

NETTO, Carlos Xavier de Azevedo. Informação e memória: as relações na pesquisa. **Revista História em reflexão**, São Paulo, v. 1, n.2, jul./dez. 2007.

OLIVEIRA, Antônio José Barbosa de. Memória; ORRICO, Evelyn Goyannes Dill. Discursos e Instituições: entre caminhos e fronteiras. In: QUEIROZ; Andréa Cristina de Barros; OLIVEIRA, Antonio José Barbosa de (Org.). **Universidade e lugares de memória II**. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2009. p.109-130.

RIBEIRO, Leila; ORRICO, Evelyn; DODEBEI, Vera. A arte de narrar e informar em “A Camareira do Titanic”. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15., 2014, Belo Horizonte. **Anais eletrônico...** Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação – UFMG, 2014. p. 4943-4951. Disponível em:

<<http://enancib2014.eci.ufmg.br/documentos/anais/anais-gt10>>. Acesso em: 12 maio 2017.

RIBEIRO, Leila; ORRICO, Evelyn; DODEBEI, Vera. Fabricação da Informação: o se co(i)nforma. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 13., 2012. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ICIT, 2012. p. 2-18. Disponível em:

<<http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/2105/FABRICA%C3%87%C3%83O%20DA%20INFORMA%C3%87%C3%83O.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 11 maio 2017.

SILVA, Daniele Nunes Henrique; SIRGADO, Angel Pino; TAVIRA, Larissa Vasques. Memory, narrative and professional identity: analyzing teachers memorials. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 32, n. 88, p. 263-283, Dec. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622012000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 maio 2016.

SILVEIRA, Fabrício José. Nascimento da. Biblioteca, Memória e Identidade social. **Perspectivas em ciência da informação**, v. 15, n. 3, p. 67-89, set./dez. 2010.

TEIXEIRA, Nísio. Jornais. In: CAMPELLO, Bernadete; CALDEIRAS, Paulo (Org.). **Introdução às fontes de informação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. p. 67-87.

VILLEGAS, Margarita; GONZÁLEZ, Fredy E. La investigación cualitativa de la vida cotidiana: medio para la construcción de conocimiento sobre lo social a partir de lo individual. **Psicoperspectivas**, Valparaíso, v. 10, n. 2, 2011, p. 35-59. Disponível em: <<http://www.scielo.cl/pdf/psicop/v10n2/art03.pdf>>. Acesso em: 11 dez. 2016.

ZOUAIN, Deborah Moraes; CRUZ, Breno de Paula Andrade; ROSS, Steven Dutt. Imagem da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro pela ótica da classe social dos cidadãos pesquisados. Revista **Administração em diálogo**, São Paulo, n. 11, v. 2, 2008, p. 1-20.